

ANEMUS WIND HOLDING S.A

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2021**

ANEMUS WIND HOLDING S.A

**Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Anemus Wind Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Anemus Wind Holding S.A. ("Companhia")**, identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Anemus Wind Holding S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para período de três meses findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.13, essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas em razão de erros identificados na apresentação do balanço patrimonial em 31 de março de 2021, e das respectivas demonstrações dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de três meses findo nessa data, e respectivas notas explicativas pelas razões mencionadas na referida nota. Esse relatório substitui o relatório de 31 de março de 2021 anteriormente emitido em 15 de abril de 2021, sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Julgamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem reportados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas, estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

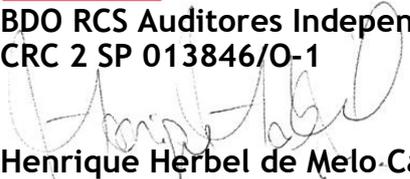


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de junho de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181.015/O-3

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares Reais)

Ativo	Nota explicativa	Individual		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		31/03/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/03/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)			31/03/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)	31/03/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	-	85	538	Fornecedores	8	13	-	89	77
Tributos e contribuições a recuperar		-	-	5	5	Tributos e contribuições sociais		-	-	-	1
Adiantamento a fornecedores		-	-	1	-	Outras contas a pagar	9	-	10	24	4.136
Outras contas a receber		10	10	20	21	Provisão para Arrendamento Mercanti	11			3	3
		<u>26</u>	<u>10</u>	<u>111</u>	<u>564</u>			<u>13</u>	<u>10</u>	<u>116</u>	<u>4.217</u>
Não circulante						Não circulante					
Investimentos	5	19.704	7.840	-	-	Outras contas a pagar	9	-	-	-	1.654
Direito de uso	11			2.216	2.217	Provisão para Arrendamento Mercanti	11			2.213	2.214
Imobilizado	6	-	-	8.477	1.902			-	-	<u>2.213</u>	<u>3.868</u>
Intangível	7	-	-	11.242	11.242	Patrimônio líquido					
		<u>19.704</u>	<u>7.840</u>	<u>21.935</u>	<u>15.361</u>	Capital social	12	20.655	8.025	20.655	8.025
						Prejuízo acumulado		(938)	(185)	(938)	(185)
								<u>19.717</u>	<u>7.840</u>	<u>19.717</u>	<u>7.840</u>
Total do ativo		<u><u>19.730</u></u>	<u><u>7.850</u></u>	<u><u>22.046</u></u>	<u><u>15.925</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>19.730</u></u>	<u><u>7.850</u></u>	<u><u>22.046</u></u>	<u><u>15.925</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Demonstração do Resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares Reais)

	Nota explicativa	Individual 31/03/2021 (reapresentado)	Consolidado 31/03/2021 (reapresentado)
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas		(18)	(635)
Equivalência patrimonial		(735)	-
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	13	(753)	(635)
Despesas financeiras		-	(118)
(=) Resultado financeiro líquido	14	-	(118)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(753)	(753)
(-) Imposto de Renda		-	-
(-) Contribuição Social		-	-
(=) Prejuízo do período		(753)	(753)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o período de três meses
findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares Reais)

	Individual	Consolidado
	31/03/2021	31/03/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo do período	(753)	(753)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(753)	(753)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.025	(185)	7.840
Aumento de capital social	12.630	-	12.630
Prejuízo do período	-	(753)	(753)
Saldos em 31 de março de 2021 (Reapresentado)	20.655	(938)	19.717

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares Reais)

	Individual	Consolidado
	31/03/2021	31/03/2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(753)	(753)
Ajustes que não afetam o caixa		
Juros incorridos	-	118
Depreciação Direito de uso	-	1
Equivalência patrimonial	735	-
	<u>(18)</u>	<u>(634)</u>
Redução / (aumento) nos ativos operacionais		
Outros ativos circulantes	-	(1)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	13	14
Obrigações tributárias	(10)	(1)
	<u>(15)</u>	<u>(622)</u>
Juros pagos	-	(75)
Caixa usado nas atividades operacionais	<u>(15)</u>	<u>(697)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(7.072)
Baixa de Imobilizado		497
Investimentos em controladas	(12.599)	-
Caixa usado nas atividades de investimento	<u>(12.599)</u>	<u>(6.575)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	-	(5.767)
Pagamento de Arrendamento		(44)
Aporte de capital	12.630	12.630
Caixa gerado das atividades de financiamento	<u>12.630</u>	<u>6.819</u>
Acréscimo/(decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>16</u>	<u>(453)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-	538
Caixa e equivalente de caixa no final do período	16	85
Acréscimo/(Decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>16</u>	<u>(453)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Demonstração do Valor Adicionado para o período findo em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2021</u>
	(reapresentado)	(reapresentado)
Valor adicionado recebido em transferência	18	-
Resultado de equivalência patrimonial	(735)	-
Valor adicionado total a distribuir	18	-
Distribuição do valor adicionado	(753)	(753)
Pessoal e encargos	-	-
Impostos taxas e contribuições	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	(18)	(753)
Outras	(18)	(753)
Remuneração de capitais próprios	(753)	(753)
Lucros (prejuízos) retidos	(753)	(753)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)

1. Contexto operacional

A Anemus Wind Holding S.A. (“Companhia” ou “Anemus Holding”) é uma Sociedade Anônima, constituída em 20 de agosto de 2020, dessa forma, as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, fluxo de caixas e valor adicionado não são comparativas. A Companhia tem como objeto social: (i) participação no capital social de outras Companhias; (ii) comercialização de energia como agente autorizado pelo órgão regulador, sendo outorgado pela ANEEL, organizada e regida nos termos de seu estatuto social e das demais disposições aplicáveis.

A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior nº 1089, 11º andar; Bairro Jardim das Acácias, CEP 04707-900.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (“Consolidado”) e individuais (“Individual”) da Companhia relativa período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de março de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis intermediárias das controladas Anemus Wind 1 Participações S.A. (“Anemus Wind 1”), Anemus Wind 2 Participações S.A. (“Anemus Wind 2”) e Anemus Wind 3 Participações S.A. (“Anemus Wind 3”), que está registrada no seu balanço contábil no grupo de Investimentos.

Em janeiro de 2021, a Companhia celebrou com a WEG o contrato de fornecimento de 33 aerogeradores do Projeto Anemus Wind e Operação e Manutenção (O&M), com a construção dos complexos eólicos nas controladas Anemus Wind 1 Participações S.A. (“Anemus Wind 1”), Anemus Wind 2 Participações S.A. (“Anemus Wind 2”) e Anemus Wind 3 Participações S.A. (“Anemus Wind 3”), pelos próximos 20 anos.

1.1 Aporte de capital

Em 26 de fevereiro de 2021 a AGE deliberou a integralização parcial do capital social da controlada Anemus Wind 1 Participações S.A, no montante de R\$ 1.943, subscrito da controlada.

Em 26 de fevereiro de 2021 a AGE aprovou o aumento de capital social da controlada Anemus Wind 2 Participações S.A, no montante de R\$ 7.870, mediante emissão de 7.870.171 de ações ordinárias normativas e sem valor nominal. As novas ações são emitidas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, calculado nos termos do Art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 de fevereiro de 2021 a AGE aprovou o aumento de capital social da controlada Anemus Wind 3 Participações S, no montante de R\$ 2.786, mediante emissão de 2.785.657 de ações ordinárias normativas e sem valor nominal. As novas ações são emitidas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, calculado nos termos do Art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2 Transferência de participação societária

Em 16 de março de 2021, a 2W Investments LLC, empresa controlada pela 2W Energia S.A., adquiriu a totalidade da participação acionária da Companhia, tornando-se a controladora da Companhia.

1.3 Outorga ANEEL

Em 29 de março de 2021, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), por meio de sua controlada, Anemus Wind 3, o registro do Requerimento de Outorga despacho nº882 da Central Geradora Eólica - EOL Anemus Wind 3, com 54,6MW de capacidade instalada. A partir deste registro a EOL Anemus Wind 1, 2, e 3, detém todos os requerimentos de Outorga (DRO) necessários para o complexo Eólico.

Este empreendimento será o primeiro da Companhia a entrar em operação em 2022 e terá 138,6 MW de capacidade instalada total.

Reflexos do Coronavírus Outbreak (Covid-19)

A Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações que possam estar relacionadas a um reflexo da pandemia do Covid-19, visto que as atividades de suas controladas estão em fase pré-operacional.

Desta maneira, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Companhia em função de sua condição pré-operacional.

Contudo, a Administração da Companhia não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da suas controladas. Por isso a Companhia reforça que se mantém empenhada em fornecer condições de segurança aos seus empregados e parceiros, mantendo seus clientes e fornecedores tempestivamente informados de quaisquer medidas que os possam impactar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis intermediárias em 14 de junho de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias está incluída na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 10 - Provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

e) Consolidação

As Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as Demonstrações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil

▪ **Controladas**

Companhias	31.03.2021 Participação (%)
Anemus Wind 1 Participações S.A.	99,9
Anemus Wind 2 Participações S.A.	99,9
Anemus Wind 3 Participações S.A.	99,9

Transações eliminadas na consolidação

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as Companhias incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Companhias incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)**

Companhias incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

f) Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixas e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Direito de uso do ativo do arrendamento mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)**

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental obtida por fontes externas da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental por meio de fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. As licenças devem ser consideradas um ativo intangível, pois ele é uma condição essencial para regular o funcionamento das operações da Companhia. A inexistência das licenças é uma ameaça constante ao desenvolvimento das atividades econômicas.

3.5. Investimento

Nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora, os investimentos permanentes em Companhias controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

3.6. Contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, para o qual não há impacto de juros.

3.7. Outros ativos e passivos, correntes e não correntes

Registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9. Provisões para contingência

A Companhia é parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais são prováveis que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis intermediárias a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.11. Aquisição de investimento sob controle comum

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia previstas nos parágrafos 10 - 12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (“Acquisition Method”) com base no CPC 15 (R1) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“Predecessor Value Method”).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)**

Esta operação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“Predecessor Value Method”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1). Além disso, não houve diferenças nas datas de aquisições, entre o valor pago nessas investidas e o valor do patrimônio líquido contábil.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor no período de 31 de março de 2021

- **AS 39/CPC 38, IFRS 7/CPC 40 (R2) e IFRS 9/CPC 48 - Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2**

A partir de 1 de janeiro de 2021 está prevista alteração, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

- **IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos a Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis intermediárias

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)

3.13. Reapresentação das demonstrações contábeis intermediárias

A Administração revisitou algumas práticas contábeis adotadas anteriormente, e efetuou aprimoramentos, inclusive de divulgações, e reclassificações, do balanço patrimonial, das demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa do período e do valor adicionado referente ao período de 90 (noventa) dias findo em 31 de março de 2021, bem como as notas explicativas, referente aos seguintes assuntos:

- (i) Reconhecimento do direito de uso, passivo de arrendamento e demais efeitos conforme requerido pelo CPC 06(R2)/IFRS16;
- (ii) Reclassificação no consolidado na rubrica de adiantamento de fornecedores para imobilizado em andamento. Os efeitos dessas retificações estão sumarizados a seguir.

Ativo	Consolidado		Consolidado
	31/03/2021	Ajustes	
	(Original apresentado)		(reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	85	-	85
Tributos e contribuições a recuperar	5	-	5
Adiantamento a Fornecedores (iii)	7.045	(7.044)	1
Outras contas a receber	20	-	20
	<u>7.155</u>	<u>(7.044)</u>	<u>111</u>
Não circulante			
Imobilizado (ii)	1.433	7.044	8.477
Direito de uso (i)		2.216	2.216
Intangível	11.242	-	11.242
	<u>12.675</u>	<u>9.260</u>	<u>21.935</u>
Total do ativo	<u><u>19.830</u></u>	<u><u>2.216</u></u>	<u><u>22.046</u></u>

Passivo	Consolidado		Consolidado
	31/03/2021	Ajustes	
	(Originalmente apresentado)		(reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	89	-	89
Outras contas a pagar	24	-	24
Passivo de Arrendamento (i)		3	3
	<u>113</u>	<u>3</u>	<u>116</u>
Não circulante			
Passivo de Arrendamento (i)		2.213	2.213
		<u>2.213</u>	<u>2.213</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20.655		20.655
Prejuízo acumulado	(938)		(938)
	<u>19.717</u>		<u>19.717</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>19.830</u></u>	<u><u>2.216</u></u>	<u><u>22.046</u></u>

Demonstração do Resultado	Consolidado		Consolidado
	(Originalmente apresentado)	Ajustes	
Gerais e administrativas	(707)	72	(635)
Equivalência patrimonial	-	-	-
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(707)	72	(635)
Despesas financeiras	(47)	(71)	(119)
Receitas financeiras	-	-	-
(=) Resultado financeiro líquido	(47)	(71)	(117)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	754	-	(753)
(-) Imposto de Renda	-	-	-
(-) Contribuição Social	-	-	-
(=) Prejuízo do período	<u>754</u>	<u>1</u>	<u>(753)</u>

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos milhares em Reais)

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado		Consolidado
	31/03/2021	Ajustes	31/03/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(Originalmente apresentado)		(reapresentado)
Prejuízo líquido do período	(754)	1	(753)
Ajustes que não afetam o caixa			
Juros incorridos	-	118	118
Depreciação Direito de uso	-	1	1
Equivalência patrimonial	-	-	-
	(754)	120	(634)
Redução / (aumento) nos ativos operacionais			
Outros ativos circulantes	(12.331)	12.330	(1)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	12	2	14
Obrigações tributárias	(1)	-	(1)
	(13.074)	12.452	(622)
Juros pagos		(75)	(75)
Caixa usado nas atividades operacionais	(13.074)	(12.377)	(697)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(7.045)	(7.045)
Baixa de imobilizado		497	497
Investimentos em controladas	-	-	-
Caixa usado nas atividades de investimento	-	(6.548)	(6.548)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamento		(5.767)	(5.767)
Pagamento de Arrendamento		(71)	(71)
Aporte de capital	12.621	9	12.630
Caixa gerado das atividades de financiamento	12.621	(5.829)	6.792
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(453)	-	(453)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	538	-	538
Caixa e equivalente de caixa no final do período	85	-	85
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(453)	-	(453)

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos milhares em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Individual 31/03/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/03/2021	Consolidado 31/12/2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Caixas e bancos	16	-	85	538
	16	-	85	538

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades em caixa e conta corrente.

5. Investimentos

Representador por:

Em 31 de março de 2021

Controlada	% - Part.	Patrimônio líquido	Resultado líquido do período	31.12.2020 Investimento (reapresentado)	Adição (a)	Resultado Equivalência Patrimonial	31.03.2021 (reapresentado)
Anemus Wind 1	99,99%	8.919	(172)	7.821	1.943	(657)	9.107
Anemus Wind 2	99,99%	7.816	(63)	9	7.870	(63)	7.816
Anemus Wind 3	99,99%	2.781	(15)	10	2.786	(15)	2.781
				7.840	12.599	(735)	19.704

(a) As adições incorridas no período estão discriminadas no contexto operacional (nota 1.1) da Companhia.

6. Imobilizado

	Consolidado				
	Taxa de depreciação (%)	2020	31/03/2021		
		Imobilizado líquido (reapresentado)	Custo	Baixa	Imobilizado líquido (reapresentado)
Imobilizado em andamento	-	1.902	7.072	(497)	8.477
		1.902	7.072	(497)	8.477

6.1. Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado			
	Saldo em 2020 (reapresentado)	Adições	Baixa	Saldo em 31/03/2021 (reapresentado)
Imobilizado em andamento	1.902	7.072	(497)	8.477
	1.902	7.072	(497)	8.477

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)

6.2. Avaliação do valor recuperável - imobilizado

O imobilizado das controladoras da Companhia encontra-se em andamento. A Administração conceitualmente revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período, não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

7. Intangível

	Consolidado			
	31/03/2021			2020
	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido (reapresentado)
Licenças de projetos eólicos	-	11.242	-	11.242
		11.242	-	11.242

7.1. Movimentação do ativo intangível

	Consolidado			
	Saldo em 2020 (reapresentado)	Adições	Amortização do exercício	Saldo em 31/03/2021 (reapresentado)
Licenças de projetos eólicos	11.242	-	-	11.242
	11.242	-	-	11.242

Em 24 de janeiro de 2019, a controlada Anemus Wind 1 assinou o contrato de aquisição de dois projetos de geração eólica em estágio inicial de desenvolvimento (“Queimadas 1 e Queimadas 2”). O registrado na rubrica “Intangível”, no Consolidado, foi de R\$11.242, sendo pagos R\$ 702 na data de aquisição com recursos disponíveis em caixa, e o restante do valor será pago a prazo de acordo com as condições estabelecidas no contrato. Entende-se por compra dos projetos eólicos todos os ativos intangíveis, necessários à implantação de uma usina eólica, tais como: autorizações regulatórias, licenças ambientais e autorizações. Para tal, a Anemus Wind 1 foi constituída com a finalidade de concentrar os ativos dos projetos que estão inclusos, medições e certificações de recurso eólico, certificação de produção de energia, licenças pertinentes a este tipo de empreendimento em atendimento dos requisitos regulatórios para comercialização de energia do mercado livre e regulado.

A Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio de sua controlada, Anemus Wind 3, o registro do Requerimento de Outorga da Central Geradora Eólica - EOL Anemus Wind 3, com 54,6MW de capacidade instalada. A partir deste registro a EOL Anemus Wind 1, 2, e 3, detém todos os requerimentos de Outorga (DRO) necessários para o complexo Eólico.

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos milhares em Reais)

Este empreendimento será o primeiro da Companhia a entrar em operação em 2022 e terá 138,6 MW de capacidade instalada total.

8. Fornecedores

	Individual 31/03/2021 (reapresentado)	Individual 31/12/2020 (reapresentado)	Consolidado 31/03/2021 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2020 (reapresentado)
Fornecedores	13	-	89	77
	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>77</u>

9. Outras contas a pagar

	Individual 31/03/2021 (reapresentado)	Individual 31/12/2020 (reapresentado)	Consolidado 31/03/2021 (reapresentado)	Consolidado 31/12/2020 (reapresentado)
Outras contas a pagar	-	10	24	5.790
	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>24</u>	<u>5.790</u>

Passivo circulante	-	10	24	4.136
Passivo não circulante	-	-	-	1.654

O saldo de contas a pagar no consolidado é oriundo da investida Anemus Wind I em relação ao contrato de aquisição dos projetos eólicos da Empresa Phoenix Energias Renováveis Ltda., com finalidade de explorar os recursos eólicos no município de São Vicente no Estado do Rio Grande do Norte (“Queimadas 1 e Queimadas 2”). O contrato assinado em janeiro de 2019, foi parcelado em 27 parcelas, com vencimento em abril de 2022. Porém a Companhia efetuou a quitação do montante de forma antecipada.

10. Provisão para contingência

A Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional e não consta processos em aberto em âmbito judicial.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

Movimentação do direito de uso

	Consolidado			
	Saldo em 2020	Adições	Amortização do exercício	Saldo em 31/03/2021
Direito de uso Terrenos	2.217	-	(1)	2.216
	<u>2.217</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>2.216</u>

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos milhares em Reais)

Movimentação do passivo de arrendamento

	31/03/2021
Saldo Inicial	2.217
Juros Incorrido	70
Amortização	(71)
Total	2.216
Passivo circulante	3
Passivo não circulante	2.213
	2.216

O contrato de arrendamento está relacionado a propriedade denominada “Fazendo Queimadas”, situada nos municípios de Currais Novos e São Vicente, no Estado do Rio Grande do Norte. Ao mensurar os ativos e passivos de arrendamento, a taxa aplicada pela Companhia foi de 13,49% a.a. O prazo estimado do arrendamento até o exercício a findar-se em 2057.

12. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 20.655 (R\$ 8.025 em 2020), num total de 20.655.063 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e três) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moedas correntes no país.

Em 16 de março de 2021, a 2W Investments LLC, empresa controlada pela 2W Energia S.A., adquiriu a totalidade da participação acionária da Companhia (Nota 1).

	Quotas	Valor (R\$)	Percentual
2W Investments LLC.	20.654.963	20.654.963	100%
Walter Milan Tatoni	100	100	0%
	20.655.063	20.655.063	100%

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos milhares em Reais)

(a) Aporte de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2021, aprovaram o aumento de capital social da Companhia em R\$12.630.514, mediante a emissão de 12.630.514 ações ordinárias, normativas e sem valor nominal. As novas ações são emitidas pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, calculado nos termos do Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Resultado por ação

O quadro a seguir apresentado, reconcilia o resultado apurado em 2021, e 2020 no cálculo do resultado por ação básico e diluído. A média ponderada de ações ordinárias no período foi considerada para o cálculo do lucro básico diluído

	<u>31/03/2021</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(753)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias do período (em unidades)	15.773
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em unidades)	<u>15.773</u>
Prejuízo Básico e Diluído (em R\$) por ação ordinária	0,047740

13. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	<u>Individual</u> <u>31/03/2021</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2021</u> <u>(reapresentado)</u>
Serviços de terceiros	(18)	(137)
Baixa de imobilizado	-	(497)
Depreciação	-	(1)
	<u>(18)</u>	<u>(635)</u>

14. Resultado financeiro

	<u>Individual</u> <u>31/03/2021</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2021</u> <u>(reapresentado)</u>
Multa e juros de mora	-	(47)
Juros arrendamento	-	(71)
Despesas financeiras	-	(118)

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Companhia é conduzida dos Administradores da Companhia. Essa gestão é feita pela área corporativa de riscos, que estabelece a forma de gerenciamento de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Considerando os instrumentos financeiros descritos e vigentes nessa data base, a administração da Companhia, entende não existir, riscos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A Administração da Companhia não possui instrumentos derivativos para mitigar os riscos de taxas de juros, pois considera que pela característica dos índices, os quais suas obrigações financeiras estão indexadas, não está exposta a variações significativas.

ii) Risco de mercado

A implementação, pela Companhia, de parques eólicos estará exposta aos riscos financeiros associados a alterações no preço de energia, o que pode vir a impactar negativamente as margens da Companhia.

A produção e comercialização de energia elétrica dependem do aumento da demanda de consumidores nos próximos anos, sendo que tal aumento poderá não ocorrer ou poderá ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia.

Além disso, caso haja um eventual aumento da demanda, em patamar igual ou superior ao estimado pela Companhia, e a implementação dos parques eólicos não esteja concluída à época do atendimento da demanda ou, se após serem concluídas, sua geração efetiva seja inferior àquela estimada pela Companhia, a demanda de energia elétrica poderá ser atendida por concorrentes e/ou por outros projetos de geração de energia elétrica que não aqueles desenvolvidos pela Companhia ou suas controladas, tais como geração térmica e grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos milhares em Reais)**

Dessa forma, a Companhia não pode garantir que seus parques eólicos, que se encontram em fase de implementação, serão capazes de gerar e comercializar a totalidade da energia demandada ou, ainda, que, mesmo comercializando a totalidade da energia gerada, a Companhia pode não ser capaz de atingir os preços planejados, o que implicará na redução de sua receita estimada, gerando um efeito adverso relevante sobre seus resultados.

A Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

16. Cobertura de seguros (não auditado)

A política da Companhia e de suas controladas é manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e conforme a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices foram contratadas no mercado segurador brasileiro.

Em 31 de março de 2021 a Companhia possuía apólices de seguros nas quais estão cobertos, Responsabilidade Civil, entre outros, danos patrimoniais, incêndios, alagamentos e equipamentos em geral, conforme cobertura demonstrada no quadro abaixo:

<u>Tipo de Cobertura</u>	<u>Empresa seguradora</u>	<u>Valor Segurado</u>	<u>Vencimento</u>
Responsabilidade Civil	AXA seguradora	20.000	20/03/2022
Seguro Patrimonial	Porto Seguro	2.520	10/01/2022

17. Eventos subsequentes

Transação com partes relacionadas

Em 15 de abril de 2021 foi celebrado contrato cuja finalidade foi celebrar empréstimo pela 2W Energia em favor da Companhia, no valor de R\$ 660, tendo como objetivo a utilização dos recursos no projeto Anemus Wind. O valor devido será corrigido anualmente pela taxa CDI, desde a data do desembolso pela 2W Energia S.A, até a data da efetiva liquidação da dívida em 30 de junho de 2021.